



Estado, democracia e edição de livros: reflexões sobre a *Editorial Universitaria de Buenos Aires* (EUDEBA)

Caio Henrique Vicente Romero¹

Em 1955, um golpe de Estado retirou Juan Domingo Perón do comando do poder executivo na Argentina, dando início a um período histórico em que foram acirrados os conflitos ideológicos dentro da sociedade e na luta pelo poder político. À parte a resistência peronista – que foi forte –, das esquerdas às direitas imperaram tentativas – discursivas e práticas – de impor programas para lograr uma “desperonização” do país.

No controle político do Estado argentino, houve uma oscilação entre tentativas de excluir a presença e a memória peronistas e tentativas de construir uma democracia minimamente estável por meio de acordos entre os diversos setores políticos em disputa.

Os diferentes governos que comandaram essa frágil democracia preocuparam-se em legitimar o que chamavam de “revolução libertadora” e, conseqüentemente, seu próprio poder político. Diversos setores da sociedade sofreram os efeitos de tal tentativa, entre eles o setor educacional. Enxergando nas práticas peronistas uma ingerência exagerada e indevida na educação – por meio de leis, perseguições, edição de livros didáticos e outros artifícios –, os grupos que depuseram Perón implantaram uma reorganização educacional de viés liberal, marcada por um forte discurso de despolitização das instituições de ensino.

No ensino superior, tal reorganização consistiu, por meio de diversas e difíceis negociações, na restauração da autonomia universitária preconizada pela Reforma Universitária de 1918, considerada – naquele momento – o marco fundamental de uma universidade livre e socialmente relevante. Entregar-se-ia, dessa forma, à autarquia universitária a tarefa de reorganizar-se internamente.

¹ Mestrando do Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: caiohvr@gmail.com



Na Universidade de Buenos Aires (UBA), uma das principais instituições de ensino superior da Argentina nos anos 1950, as transformações políticas refletiram na escolha de um reitor interventor em 1955: o historiador José Luis Romero. Ele foi selecionado pelo ministro da Educação – subordinado ao general Eduardo Lonardi, líder do golpe de Estado que derrubara Perón – a partir de uma lista tríplice entregue a ele pela Federação Universitária de Buenos Aires (FUBA).

Durante seu reitorado, o professor Romero lutou pela alteração dos regimes de ensino da UBA, defendendo o fim das cátedras e a instauração de ciclos básicos nas diferentes faculdades. Sua gestão à frente da reitoria, entretanto, durou pouco, uma vez que, em 1956, Romero renunciou ao cargo em protesto contra um decreto presidencial que autorizava a criação indiscriminada de universidades privadas e confessionais – e que ia, assim, contra a orientação da Reforma Universitária de 1918. Tal decreto, inclusive, provocou reações indignadas do movimento estudantil e dos professores das universidades argentinas, levando à demissão do ministro da educação, Atilio Dell’Oro Maini e ao adiamento da implantação da lei. Ao fim e ao cabo, alguns governos depois, as linhas gerais do decreto foram aprovadas e implantadas, mas tais fatos demonstram o poder de pressão e participação política dos agentes da UBA no contexto analisado.

Após a convocação de uma assembleia estatuinte, foram realizados longos debates e foi aprovado um novo estatuto para a UBA. Em termos amplos, o estatuto retomava os ideais de autonomia universitária e gestão democrática defendidos na Reforma Universitária de 1918. No entanto, a estrutura de poder na universidade não se tornou totalmente paritária – o voto dos professores ainda valia mais do que os das outras categorias universitárias. Foi eleito um novo reitor: o professor da Faculdade de Filosofia e Letras, Rizieri Frondizi.

Assumindo-se como reformista e defendendo uma reorganização da UBA, o reitorado de Frondizi adotou práticas de inserção da universidade na sociedade argentina. Criou, por exemplo, o Departamento de Extensão Universitária, responsável por realizar eventos, palestras e cursos dedicados a atrair o público não acadêmico para a universidade. Além disso, foram criados a associação e os seminários para graduados, visando manter o vínculo entre a universidade e seus egressos – o que não deixa de ser um vínculo entre a universidade e a sociedade. Nesse contexto, surge no Conselho



Superior da UBA a proposta – que depois Risieri Frondizi atribuiria a si próprio – de criação de uma editora universitária.

A criação de uma editora vinculada à universidade foi sugerida para atender a demanda já mencionada da extensão universitária e para tentar sanar a dificuldade de obtenção de textos por parte dos estudantes. Tal dificuldade era comum nos meios universitários. Por um lado, havia a questão dos preços elevados dos livros, majoritariamente editados por editoras especializadas que, visto terem o monopólio velado da edição de livros em certas áreas do conhecimento, inflavam seus preços baseando-se na certeza da venda das obras. Por outro, havia o fato de que a edição universitária na Argentina era ainda incipiente. A maioria das universidades não possuía editoras organizadas e profissionais, dependendo de seus departamentos editoriais, por vezes apêndices de faculdades e chefias de institutos.

Em 9 de janeiro de 1958, na “Tribuna Universitária” do periódico socialista *Propósitos* – dirigido pelo escritor Leónidas Barletta –, Gustavo Soler publicou um artigo comentando o discurso de posse de Risieri Frondizi como reitor, dizendo que “*rara vez las palabras de un rector provocaron tanta expectativa y que ello se debe al momento crucial que atraviesa toda la cultura argentina y especialmente la enseñanza superior*”². Para além da percepção de que o momento de reforma da universidade ecoava em diversos meios – e não apenas na cúpula universitária –, o artigo de Gustavo Soler nos permite vislumbrar os anseios – publicados em periódico não diretamente vinculado à UBA – pela criação de uma editora universitária:

“(…) *FALTA UNA EDITORIAL UNIVERSITARIA, que edite los libros de texto, con los cursos y dictados durante el año, como dispuso Rivadavia al fundar la universidad y que todavía no se ha cumplido y por cuya causa existe un infame comercio en la venta y alquiler de libros, en donde medra la usura y la incompetencia científica. Eso usted lo aludió y también será apoyado, sin duda, por todos. Pero se olvidó de conectarlo con la angustia económica de los educandos que luchan en el medio hostil de una sociedad en crisis.*”³

² Gustavo Soler. “Carta al nuevo rector”. In: *Propósitos*. 9 de janeiro de 1958. Consultado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, na Argentina.

³ Gustavo Soler. “Carta al nuevo rector”. In: *Propósitos*. 9 de janeiro de 1958. Consultado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, na Argentina.



Desse modo, nota-se o tamanho da expectativa provocada pela anunciada reorganização universitária do reitorado de Frondizi, além de sua vinculação com o processo geral de mudança social iniciado com a derrubada de Perón em 1955. Articulada a esse processo, há também a ânsia pela criação de uma editora universitária que satisfaça os interesses – acadêmicos e econômicos – de seus estudantes.

Assim, em abril de 1958 foi contratado um assessor especial para planejar a criação da editora: Arnaldo Orfila Reynal, licenciado em Química, estudante reformista em 1918, com grande trânsito entre os intelectuais latino-americanos e argentinos devido a seu cargo de diretor da editora *Fondo de Cultura Económica* do México, tendo, também, grande experiência no labor editorial.

O assessor escolhido pelo Conselho Superior da UBA formulou um projeto editorial bastante peculiar. Afirmando que a editora deveria cumprir um papel cultural, mais do que apenas editar livros acadêmicos, seu projeto a concebia com características que oscilavam entre o as que normalmente são atribuídas a editoras universitárias e características normalmente atribuídas a editoras comerciais.

Nesse projeto, Reynal expõe seus propósitos e afirma que:

*“Fundamentalmente, la Editorial Universitaria debe ponerse al servicio del estudiante y del profesor en primer término, satisfaciendo las necesidades fundamentales que se observan en esos medios con respecto al problema del libro. Y en este sentido, la acción editorial tiene dos posibilidades fundamentales a cumplir: la didáctica y la de extensión cultural que la Universidad ha proclamado entre sus fines”*⁴

Para atingir tais fins, o projeto de Arnaldo Orfila Reynal previa a publicações de coleções de livros voltados tanto para o público acadêmico (com tiragens menores, entre 1000 e 2000 exemplares) quanto para a divulgação científica (com tiragens maiores, entre 3000 e 10000 exemplares). Em relação às edições de divulgação científica, é recomendada a adoção de um modelo editorial *“cómodo, bello y económico”*, com *“papel de bajo precio pero de buena calidad y encuadernación rústica con cubiertas*

⁴ Expediente de Arnaldo Orfila Reynal ao reitor Risieri Frondizi. 31 de maio de 1958. pp.1-2. Consultado no arquivo da Editorial Universitária de Buenos Aires.



atractivas a color”⁵. É proposto também o número de 42 títulos, equilibrados entre livros puramente acadêmicos e de divulgação, como meta de abertura dos trabalhos.

Além disso, é sugerida uma organização jurídica incomum para a editora. Ao invés de subordiná-la totalmente à universidade – e, conseqüentemente, ao Estado –, Arnaldo Orfila Reynal sugere, apoiado em uma breve análise do professor da Faculdade de Direito Ignacio Winisky, que o melhor regime para o funcionamento da editora é ser uma Sociedade de Economia Mista (S.E.M.), na qual há divisão de capital entre o Estado e acionistas privados. Desse modo, livrar-se-ia a editora, de acordo com Reynal, das travas impostas pelas “*obligaciones de la función oficial*”⁶, que a impediriam de cumprir sua função. Ademais, a criação de uma editora com autonomia em relação ao Estado tiraria dela a “marca” de órgão oficial, facilitando sua difusão comercial entre livreiros e público leitor. Para justificar a adoção de uma S.E.M. em uma empreitada intimamente ligada ao Estado argentino, o projeto afirma que o capital privado na sociedade da editora seria limitado a 1% entre acionistas escolhidos pelo Conselho Superior da UBA.

Há, como podemos notar, ao menos duas questões que saltam aos olhos com a análise do documento de Arnaldo Orfila Reynal. Em primeiro lugar, a existência de uma proposta editorial ousada, que se coaduna com a postura “humanista”, por assim dizer, da universidade argentina pós-1955. A intenção de levar a universidade para fora da universidade está contemplada pelas diretrizes ali traçadas. Por meio das séries de divulgação científica e por meio da edição de obras que refletiriam sobre os “problemas nacionais”, a editoria serviria ao propósito de levar conhecimentos importantes a um grande número de pessoas não necessariamente pertencentes ao mundo acadêmico. Desse modo, podemos inferir, também cumpria um papel importante de educar a população com base na difusão de conhecimentos científicos e não de propaganda política, marca da universidade à época de Perón. Dessa forma, o trabalho da editora estaria sintonizado com as propostas ideológicas do Estado argentino após o primeiro peronismo.

⁵ Expediente de Arnaldo Orfila Reynal ao reitor Risieri Frondizi. 31 de maio de 1958. p. 4. Consultado no arquivo da Editorial Universitária de Buenos Aires.

⁶ Expediente de Arnaldo Orfila Reynal ao reitor Risieri Frondizi. Memorando anexo. 31 de maio de 1958. p. 2. Consultado no arquivo da Editorial Universitária de Buenos Aires.



Em segundo lugar, há uma grande ênfase na necessidade de se criar a editora sob um regime de S.E.M. Para além das questões burocráticas e comerciais anteriormente aludidas, tal proposta pode ter sido motivada por uma desconfiança em relação ao Estado, tendo em vista que a autonomia universitária não foi o elemento mais respeitado pelo Estado argentino desde sua implantação na maior parte dos estatutos universitários pós-1918. Tal forma de sociedade, portanto, seria uma ferramenta que, ao menos juridicamente, protegeria a editora em relação aos voláteis interesses do Estado argentino.

Teria “funcionado” o projeto de Arnaldo Orfila Reynal? Teria sido possível a mescla entre características “universitárias” e “comerciais” na editora? A S.E.M. teria sido capaz de oferecer real autonomia à editora ao longo de sua existência?

A breve análise de pontos posteriores da trajetória da Editorial Universitaria de Buenos Aires – nome com o qual foi batizada a editora, mais conhecida por sua abreviação, EUDEBA – permite que tracemos algumas considerações a respeito dessas questões.

O escolhido por Arnaldo Orfila Reynal para ser o Gerente Geral da editora – responsável por coordenar as atividades editoriais – foi José Boris Spivacow. Spivacow era licenciado em matemática, e possuía grande experiência editorial, além de ser antiperonista. Em sua gestão, grande parte dos projetos iniciais traçados por Reynal foram colocados em prática, ainda que, devido às mudanças naturais de curso advindas dos percalços da atividade editorial, os títulos tenham mudado e as coleções tenham sido remodeladas pelas equipes de trabalho comandadas por Spivacow. Além disso, os baixos preços dos livros, as grandes tiragens (superiores, inclusive, às propostas por Orfila Reynal) e as estratégias de venda que levavam os livros às ruas – literalmente, como no caso dos *kioscos* da EUDEBA instalados em pontos importantes de Buenos Aires e do interior da Argentina – estavam em consonância com os planos reformistas de Risieri Frondizi de levar a universidade para fora da universidade, fazendo-a cumprir sua “função social”. No entanto, é necessário ponderar que nem sempre o equilíbrio financeiro foi atingido pela gestão de Spivacow – e por outras. Nesses momentos, a continuidade do trabalho da editora dependeu dos aportes financeiros vindos da UBA.

Além disso, a necessidade constante de aportes financeiros por parte da universidade abre espaço para a possibilidade de pressão da burocracia universitária



sobre as diretrizes da editora. Além disso, o Diretório, composto por professores da universidade indicados pela mesma – a acionista majoritária – poderia variar de composição física e ideológica. Acionando um exemplo de outro período histórico, a volta do peronismo ao poder em 1973 trouxe à presidência do diretório Arturo Jauretche e à gerência geral Rogelio García Lupo. Foi uma gestão na qual a EUDEBA aumentou sua produção editorial e trouxe a público coleções e livros que se alinhavam claramente às linhas ideológicas do pensamento cultural peronista de então – da qual é exemplo a coleção “*América Latina libre y unida*”, que publicou, entre outras obras, o livro de Héctor Cámpora intitulado *La revolución peronista*.

A edição universitária, ainda pouco estudada no campo da história dos livros e da leitura, fornece ótimos elementos que auxiliam na compreensão de características da cultura, da sociedade e da política de determinado período histórico. A EUDEBA fornece um exemplo instigante acerca dos limites e das possibilidades de ação de uma editora universitária. Por meio da análise de sua trajetória, nota-se que não é possível reduzir uma editora universitária ligada ao Estado a mero organismo público, dedicado a reproduzir mecanicamente as ideologias das classes dominantes. Nem mesmo é possível afirmar que uma editora universitária seja, por natureza, uma produtora de livros tão somente acadêmicos, sem acercar-se da sociedade. No entanto, é importante reconhecer os limites de sua autonomia, tendo por base a dependência do capital universitário – e, portanto, estatal – e a fragilidade de sua proteção contra as oscilações políticas a que o Estado está sujeito. Sobretudo, estudar a trajetória histórica da EUDEBA permite vislumbrar que a edição universitária pode ser uma ação ativa de difusão cultural e transformação social.

Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ, Gonzalo, ARCHAIN, Alejandro e DÍAZ, Carlos. *Un editor de tres siglos – La vida y los libros de Arnaldo Orfila Reynal*. Buenos Aires: EUDEBA, 2015.



- AVELLANEDA, Andrés. *Censura, autoritarismo y cultura*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1986, volumes 1 e 2.
- BUFREM, Leilah Santiago. *Editoras universitárias no Brasil – uma crítica para a reformulação da prática*. São Paulo: EDUSP, 2015
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- DEAECTO, Marisa Midori e FILHO, Plínio Martins. *Livros e Universidades*. São Paulo: EDUSP, 2017.
- DONGHI, Tulio Halperin. *História de la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: EUDEBA/Libros del Rojas, 2012. (1965)
- GOCIOI, Judith. *Boris Spivacow – el señor editor de América Latina*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.
- _____. *Libros para todos: colecciones de EUDEBA bajo la gestión de Boris Spivacow (1958-1966)*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2012.
- GOCIOI, Judith; BITESNIK, Esteban ; ETCHEMAITE, Fabiola ; ETCHEMAITE, Mariano. *Más libros para más: colecciones del Centro Editor de América Latina*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional de la Argentina, 2008.
- INVERNIZZI, Hernán. *“Los libros son tuyos” – políticos, académicos y militares: la dictadura en EUDEBA*. Buenos Aires: EUDEBA, 2005.
- INVERNIZZI, Hernán; GOCIOI, Judith. *Un golpe a los libros: represión a la cultura durante la última dictadura militar*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002.
- JAMES, Daniel (org.). *Nueva Historia Argentina – violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- MAUNÁS, Delia. *Boris Spivacow - Memoria de un sueño argentino*. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 1995.
- OLIVEIRA, Rodrigo de La Torre. *Públicos leitores em formação: popularização das coleções de livros na Argentina (1901-1924)*. 2010. 143f. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.



SAGASTIZÁBAL, Leandro de. *La edición de libros en la Argentina: una empresa de cultura*. Buenos Aires, EUDEBA, 1995.

_____. *50 años de libros para todos*. Buenos Aires: EUDEBA, 2008.

SARLO, Beatriz e ALTAMIRANO, Carlos. *La batalla de las ideas (1943-1973)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

SIGAL, Silvia. *Intelectuales y politica en Argentina - la década del sessenta*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesentas*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.